

ANEXO T - Procedimentos sujeitos a parecer de Comissão de Ética Médica e de serviço de auditoria médica de OMS e Procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos e nem financiados



MINISTÉRIO DA DEFESA

MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL

POLICLÍNICA NAVAL DE MANAUS

1.1. Os procedimentos sujeitos a parecer de Comissão Ética Médica e de serviço de auditoria médica de OMS são os a seguir enumerados:

1.1.1. Por parte do SSM/FUSMA:

- 1.1.1.1. Cirurgia de lipoaspiração;
- 1.1.1.2. Cirurgia corretiva nasal;
- 1.1.1.3. Cirurgia corretiva de mama;
- 1.1.1.4. Cirurgias plásticas corretivas em geral;
- 1.1.1.5. Cirurgia eletiva para colocação de próteses corretivas não odontológicas;
- 1.1.1.6. Cirurgia corretiva de desvios da visão;
- 1.1.1.7. Cirurgia de transplantes de órgãos;
- 1.1.1.8. Colocação eletiva de próteses não odontológicas;
- 1.1.1.9. Gastroplastia;
- 1.1.1.10. Cirurgia de recanalização de laqueadura tubária;
- 1.1.1.11. Terapia fotodinâmica para pacientes com degeneração muscular (utilizando-se "Visudyne");
- 1.1.1.12. Tratamento de apneia do sono com aparelho CPAP ("Continuous Positive Airway Pressure");
- 1.1.1.13. Outros procedimentos e tratamentos, a critério da PNMa, ouvida a DSM;
- 1.1.1.14. Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesesseis) anos, nos casos de discrepância ósseo-dentária no arco inferior ou superior, igual ou superior a oito

milímetros (falta do espaço ou apinhamento dental); sobre mordida (*over-bite*) exagerada, nos casos em que houver interferência dos dentes anteriores na mucosa do maxilar superior; transpasse horizontal (*over jet*) no arco superior em relação ao arco inferior, igual ou superior a dez milímetros; e mordida cruzada anterior; e,

1.1.1.15. Implantodontia.

1.1.1.16. Cirurgia de transplante de córnea e rins (considerando o acompanhamento clínico ambulatorial no período de internação do receptor e do doador e o pós-transplante);

1.1.1.17. Quanto aos subitens 1.7.1.14 e 1.7.1.15 o parecer será proferido por comissão formada por, no mínimo, três odontólogos, cuja manifestação dependerá de homologação do Diretor da PNMa; e

1.1.1.18. Procedimentos constantes na RN nº 167/2008, da ANS, e não constantes da Tabela da Associação Médica Brasileira/92.

1.2. Os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos não cobertos e nem financiados, sendo vedada a implantação das despesas, são os a seguir enumerados:

1.2.1. Por parte do SSM/FUSMA:

1.2.1.1. Procedimento de natureza estética, inclusive cirurgia plástica estética de embelezamento;

1.2.1.2. Aquisição de artigos por importação, quando houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento;

1.2.1.3. Aquisição de óculos e artigos correlatos;

1.2.1.4. Hospitalização que objetive, especificamente, os seguintes tratamentos:

1.2.1.4.1. Gerontológico,

1.2.1.4.2. De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral.

1.2.1.5. Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência não seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia;

1.2.1.6. Tratamento e manutenção ortodônticos, acima de 16 (dezesesseis) anos, exceto nos casos com parecer favorável da DSM, nas hipóteses do subitem 1.1.1.14.

1.2.1.7. Implantodontia, exceto nos casos com parecer favorável da DSM.

1.2.1.8. Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;

1.2.1.9. Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico), exceto em OMS;

1.2.1.10. Implante hormonal;

1.2.1.11. Teste de DNA;

- 1.2.1.12. Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;
- 1.2.1.13. No que diz respeito à assistência domiciliar:
 - 1.2.1.13.1. Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamentos de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;
 - 1.2.1.13.2. Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológica; e,
 - 1.2.1.13.3. Beneficiários que estejam recebendo auxílio-invalidez.

1.2.2. Atendimentos ambulatoriais, internações hospitalares e atendimentos obstétricos **não** previstos no rol de Procedimentos Básicos da Resolução CONSU nº 12, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998, e na Resolução Normativa nº 167, da ANS, de 9 de janeiro de 2008;

- 1.2.2.1. Atendimentos básicos fisioterápicos e farmacêuticos, bem como psicológicos, **não** previstos na Resolução CONSU nº 11, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 4 de novembro de 1998;
- 1.2.2.2. Atendimentos odontológicos **não** constantes da Resolução Normativa nº 154, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de 5 de junho de 2007 - Atualiza o Rol de Procedimentos Odontológicos e dá outras providências;
- 1.2.2.3. Tratamento médico ou odontológico cuja eficiência **não** seja reconhecida pelos conselhos federais de medicina e odontologia ou tratamento clínico ou cirúrgico experimental;
- 1.2.2.4. Especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;
- 1.2.2.5. Atendimentos prestados antes do início do período de vigência ou do cumprimento de carências;
- 1.2.2.6. Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive cirurgia plástica estética, órteses e próteses para o mesmo fim;
- 1.2.2.7. Inseminação artificial;
- 1.2.2.8. Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;
- 1.2.2.9. Tratamentos em centros de saúde pela água (SPA), clínicas de repouso, estâncias hidrominerais, casas sociais e clínicas de idosos;
- 1.2.2.10. Fornecimento de medicamentos nacionais ou nacionalizados, exceto durante a internação hospitalar do beneficiário;
- 1.2.2.11. Aquisição de artigos por importação;
- 1.2.2.12. Fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

- 1.2.2.13. Fornecimento de órteses, próteses e seus acessórios não ligados ao ato e técnica cirúrgica indicados;
- 1.2.2.14. Órtese ou prótese não odontológica acima do valor máximo estabelecido por parte da DSM;
- 1.2.2.15. Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- 1.2.2.16. Em caso de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;
- 1.2.2.17. Aplicação de vacinas preventivas;
- 1.2.2.18. Necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;
- 1.2.2.19. Aquisição de óculos e artigos correlatos;
- 1.2.2.20. Aparelhos ortopédicos;
- 1.2.2.21. Aluguel de equipamentos hospitalares e similares;
- 1.2.2.22. Procedimentos, exames ou tratamentos realizados no exterior;
- 1.2.2.23. Despesas hospitalares extraordinárias tais como telefonemas, uso de televisão, alimentação não prevista no tratamento, lavagem de roupas e indenização de danos;
- 1.2.2.24. Enfermagem em caráter particular;
- 1.2.2.25. Estadia de paciente ou acompanhante em hotel, pensão ou similares;
- 1.2.2.26. Avaliações pedagógicas;
- 1.2.2.27. Orientações vocacionais;
- 1.2.2.28. Psicoterapia com objetivos profissionais;
- 1.2.2.29. Diárias hospitalares com a parturiente em condições de alta quando da manutenção da internação do recém nascido patológico;
- 1.2.2.30. Colocação de idosos em asilos;
- 1.2.2.31. Tratamento e manutenção ortodônticos;
- 1.2.2.32. Tratamentos de implantodontia;
- 1.2.2.33. Elemento odontológico a ser implantado e material para enxertia;
- 1.2.2.34. Próteses odontológicas de qualquer tipo;
- 1.2.2.35. Procedimento e componente odontológico realizado em laboratórios ortodônticos ou de próteses odontológicas (exemplo: prótese e aparelho ortodôntico);
- 1.2.2.36. Transplantes ósseos e implantes odontológicos;
- 1.2.2.37. Restaurações utilizando porcelana;
- 1.2.2.38. Restaurações utilizando resina fotopolimerizável em dentes posteriores so-

mente para fins estéticos;

- 1.2.2.39. Hospitalização que objective, especificamente, os seguintes tratamentos:
 - 1.2.2.39.1. Gerontológico,;
 - 1.2.2.39.2. De portadores de necessidades educativas especiais, exceto quando acometidos por patologias comuns à população em geral;
- 1.2.2.40. Implante hormonal;
- 1.2.2.41. Teste de DNA;
- 1.2.2.42. Tratamentos de infertilidade, fecundação e fertilização;
- 1.2.2.43. No que diz respeito à assistência domiciliar:
 - 1.2.2.43.1. Despesas decorrentes da utilização por parte do paciente de medicamentos de tratamento prolongado ou para doenças crônicas, cuja natureza não tenha relação específica com o atendimento de caráter médico-domiciliar;
 - 1.2.2.43.2. Tratamentos de natureza geriátrica ou gerontológica; e,
 - 1.2.2.43.3. Beneficiários que estejam recebendo Auxílio-Invalidez.
- 1.2.2.44. Outros, a critério da PNMa, ouvida a DSM.